

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: O CASO DE MARINGÁ E SEU ENTORNO

Paulo Rafael de Souza Santana*

rafael@etnica.me

Saulo Fabiano Amâncio-Vieira**

saulo@uel.br

Ricardo Lebbos Favoreto***

ricardo.lfavoreto@gmail.com

RESUMO

Por causa da relação positiva entre investimento em educação e desenvolvimento, a educação é um relevante instrumento para o alcance de sustentabilidade. O desenvolvimento é percebido aqui não pelos padrões da racionalidade instrumental que impera na modernidade, mas pela proposta de Sachs (2004), segundo a qual o desenvolvimento deve ser incluyente, sustentável e sustentado. O autor destaca que a educação ocupa papel central no alcance de uma sociedade mais sustentável em termos sociais, contribuindo para a construção da democracia, a promoção dos indivíduos e o enfrentamento dos problemas sociais. Para entender a relação entre educação e sustentabilidade social, este artigo analisa a gestão educacional desempenhada no município de Maringá (PR), que apresenta resultados significativos. Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa tem caráter qualitativo-descritivo, configurando-se como um estudo de caso único. Opera-se com dados secundários. Para as análises, foram utilizados o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avaliam a educação dos municípios brasileiros. Os resultados apontam para a existência de disparidades significativas entre Maringá e os demais municípios do entorno, especialmente os mais próximos. Possivelmente, isso se deva às desigualdades decorrentes da segregação socioespacial.

Palavras-chave: desenvolvimento; educação; sustentabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade pode ser considerada um conceito recente, permeado de significados individuais, construído a partir de ideologias e visões díspares de mundo (SATTERTHWAITE, 1996; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; SACHS, 2007). Este trabalho entende a sustentabilidade tal qual proposta por Sachs (2004), que se pauta pela necessidade de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Para que este seja alcançado, é necessária uma educação de qualidade e disseminada. Para os fins a que se propõe aqui, considera-se sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como sinônimos.

* Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Professor da Universidade Estadual de Londrina, Brasil. Doutorando em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

** Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

*** Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho. Professor da Universidade Estadual do Paraná, Brasil.

As políticas públicas educacionais desempenham papel central para que a equidade social seja alcançada, por meio da superação de desigualdades existentes. Os municípios, especificamente, são os responsáveis pela coordenação e estruturação da oferta do ensino fundamental e da educação infantil. Nessa perspectiva, chegou-se ao município de Maringá, cidade do interior do Paraná com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, organizado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud). Maringá apresenta o sétimo melhor índice da região sul do Brasil, além de superar a média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2013, ficando à frente de Curitiba e Londrina. Por esse motivo, analisar a experiência desse município torna-se relevante por este poder representar (ou não) um modelo para outros municípios. Não se olvida, no entanto, que modelos podem não ser intercambiáveis. Daí a imprescindibilidade de sempre se considerarem as particularidades de cada município.

O objetivo deste trabalho é analisar dois índices relacionados à educação na região metropolitana de Maringá, para entender como se deu o processo histórico de desenvolvimento do município e qual o seu impacto na região. São eles o IFDM e o Ideb. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o IFDM é um estudo criado em 2008 que “acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde” (FIRJAN, 2016). O Ideb, por sua vez, foi criado em 2007 para mensurar a qualidade da melhoria no ensino, pelo Ministério da Educação.

Este trabalho está dividido em quatro partes. Após esta seção introdutória, apresentam-se, na segunda parte, conceitos centrais acerca da sustentabilidade. Na terceira, analisam-se os dados levantados e, na quarta, expõem-se as conclusões relacionadas ao conceito de desenvolvimento e aos índices municipais de educação. Não se busca esgotar todas as discussões que o tema provoca, mas, antes, fomentar questões relacionadas à temática.

2 PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

A ideia de “desenvolvimento” surgiu como resposta à compensação e superação das desigualdades passadas, criando uma possibilidade, conforme aponta Sachs (2004, p. 13), de “preencher o vazio civilizatório entre antigas nações metropolitanas e sua antiga periferia

colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres”.

Sachs (2009) relembra que o desenvolvimento, assim como os direitos humanos, atingiu grande projeção a partir da metade do século passado. Entre tantas possibilidades de desenvolvimento, o industrial foi protagonista, anunciando uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, culminando na modernidade. Para Beck (2010, p. 23), a modernidade por ser conceituada como “o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização” o qual abarcou mudanças em questões sociais e estilos de vida. Assim, de acordo com o autor, esta trouxe transformações no estilo de vida dos indivíduos e acabou por ocasionar um aprofundamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais.

Devido à necessidade de se repensar os padrões do desenvolvimento industrial, o desenvolvimento sustentável popularizou-se a partir da década de 1960 nos países desenvolvidos, como tentativa de aglutinar esforços capazes de conciliar o crescimento em diferentes âmbitos. Sachs (2007, 2009) destaca que a conscientização ambiental é um tema mais recente, especificamente decorrente da “revolução ambiental”, produto da conjunção de fatores mútuos, a saber: o impacto da bomba nuclear, perigos iminentes à corrida armamentista, a percepção da finitude dos recursos materiais e a degradação ambiental provocada pelo rápido crescimento econômico nos anos de 1950 e 1960.

A despeito da crescente popularização do termo sustentabilidade, há uma diversidade de interpretações, levando a uma multiplicidade de significados. De acordo com Sachs (2007), não há consenso semântico no uso deste termo, ao qual diferentes autores atribuem significados díspares. O'Connor (2005) reitera esta ideia quando discorre que o termo “desenvolvimento sustentável” pode significar qualquer coisa. De forma geral, há um consenso de que a sustentabilidade deve ser uma tentativa de aglutinação de esforços para a manutenção da vida no planeta.

Satterthwaite (1996) traz à luz a ambiguidade que compreende os diferentes estudos que envolvem a sustentabilidade. O autor destaca que grupos distintos atribuem diferentes significados à questão, cada qual defendendo a sua perspectiva sobre o que precisa ser sustentado, ocasionando um campo permeado de conflitos ideológicos de diversos grupos.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), em uma tentativa de classificar os estudos relacionados à sustentabilidade, percebem três grandes perspectivas, ajustando questões ambientais, sociais e econômicas, classificadas em: *status quo*, reformistas e transformacionistas. Destaca-se que os posicionamentos encontrados nos estudos partem de

visões ideológicas, que carregam consigo um sistema de ideias que acabam por englobar interesses sociais e políticos díspares. Bruyne (1977) reforça que a organização social da pesquisa não está protegida dos conflitos políticos e sociais, mas, antes, o pesquisador possui sua atividade permitida e legitimada pelo sistema sociocultural desta sociedade.

Deste modo, o primeiro grupo apresentado na classificação proposta por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) são aqueles indivíduos que acreditam que a sustentabilidade poderá ser alcançada através da estrutura presente (*status quo*). Estes podem ser considerados os defensores do que Schnaiberg (1997) classifica como esteira da produção, decorrente da racionalização do desenvolvimento industrial. Para estes, a sustentabilidade será alcançada sem alterações nos modelos de produção e consumo atuais.

Enquanto isso, o segundo grupo é composto por aqueles que defendem reformas fundamentais sem a ruptura completa com as estruturas atuais (reformistas). Schnaiberg (1997) apresenta que houve duas propostas importantes como alternativas a mudanças na esteira da produção, quais sejam, a reengenharia e a modernização ecológica. A primeira entende uma nova forma de relacionamento econômico e social, sem, contudo, modificar a proposta de produção em grande escala, enquanto a segunda, uma das teorias mais conservadoras do campo, procura introduzir pequenas mudanças recentes, com o sentido de reestruturação da produção, conforme apresenta Schnaiberg (1997). Vale considerar que, mingando-se no horizonte político possibilidades revolucionárias, o reformismo pode-se apresentar, na prática, como caminho singular para a definição de políticas de sustentabilidade.

Relevante ressaltar que esta última, segundo Mol (2000), é fortemente criticada por seu caráter reformista de regulação, pois acredita na possibilidade de um crescimento econômico ecológico, o que traz em seu bojo grandes contradições. Tanto a reengenharia quanto a modernização ecológica buscavam reduzir o rompimento da degradação ambiental gerado pela esteira da produção, podendo estas serem classificadas como propostas *mainstream* sobre o desenvolvimento sustentável.

Importante se faz resgatar outro conceito popular relacionado à sustentabilidade. Este se encontra definido pelas Nações Unidas, a partir de "Nosso futuro comum", também conhecido como Relatório Brundtland, decorrente da Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio ambiente (WCED). Segundo o relatório, desenvolvimento sustentável seria "a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem impedir que as futuras gerações satisfaçam as delas" (WCED, 1987, p. 8).

Castro (2004) relata que o Relatório Brundtland foi um dos responsáveis por colocar na agenda política mundial o conceito de desenvolvimento sustentável, introduzindo o conceito mais famoso acerca do tema. Um marco importante foi o reconhecimento da existência de pobreza generalizada e a degradação nos países de periferia e uma proposição de agenda para tentar resolvê-los. Esta perspectiva das Nações Unidas, e, por conseguinte, o conceito predominante sobre desenvolvimento sustentável apresenta incongruências: a promoção do livre comércio e a sustentabilidade ambiental. A incoerência encontra-se na continuação da esteira de produção industrial, o que acaba por gerar um grande impacto negativo no meio ecológico. Além disso, a propositura de qualquer agenda não implica, em absoluto, a efetivação de sua pauta. Em questões ambientais, tem-se testemunhado isso com relativa frequência.

Nesta mesma linha de pensamento, entre tantas outras perspectivas, Castro (2004) destaca o conceito do Banco Mundial, com sua postura conservadora de mercado, com o pressuposto do poder de livre comércio como capaz de melhorar a produtividade e a eficiência das organizações. Deste modo, percebe-se que esta visão mais tradicional traz consigo um conjunto de ideias que buscam a legitimação dos interesses das elites dominantes, por meio de pequenas transformações simbólicas no modelo da esteira. Schnaiberg (1997) relata que um dos problemas dos modelos tradicionais é que os agentes da esteira buscam mitigar a sensibilidade quanto às externalidades decorrentes da produção.

Por outro lado, Castro (2004) aponta a existência de outras escolas que buscam abarcar questões éticas da subjetividade, denominada como abordagem pós-estruturalista. Esse ponto de vista percebe o desenvolvimento sustentável como uma forma de introduzir a modernidade nas comunidades da periferia do capitalismo, que, segundo o autor, possui uma visão etnocêntrica e com enfoque tecnocrático.

Porto-Gonçalves (2012) faz fortes críticas a essa perspectiva, denunciando como uma tentativa de imposição da racionalidade eurocêntrica, cuja geopolítica atual está baseada na globalização e no desenvolvimento sustentável como novas formas de colonização e exploração. O autor defende e destaca a possibilidade de novas perspectivas teórico-políticas latino-americanas no campo ambiental. Entre elas, o autor apresenta a ecologia popular, o ecologismo dos pobres e o eco-socialismo, tendo como expoentes Chico Mendes, Enrique Leff e Juan Martinez Alier. A efetividade dessas perspectivas estará atrelada, muito provavelmente, à educação – não, todavia, aquela que faz as vezes de uma socialização subserviente, mas a educação que gera esclarecimento.

Na contramão da perspectiva dominante, Castro (2004) aponta o marxismo ambiental que busca assumir uma posição oposta à da economia ambiental, pois percebe o desenvolvimento sustentável simplesmente como um crescimento econômico carregado de contradições. Por sua vez, esta corrente teórica acredita que a sustentabilidade pode ser alcançada pela superação do sistema capitalista, apesar de não oferecer respostas exatamente propositivas. Fazendo um paralelo com as tipologias propostas por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), este grupo de indivíduos percebe que a raiz dos problemas está nas questões econômicas e políticas da sociedade e, portanto, buscam uma modificação radical dessas estruturas para o alcance do desenvolvimento sustentável (transformacionistas).

Além das miríades de significações que a sustentabilidade possa assumir, torna-se relevante resgatar a visão de Dovers (1997) quanto aos problemas relacionados à sustentabilidade, que, de acordo com o autor, poderiam ser encarados em três níveis gerais: micro, meso e macro.

Primeiramente, tem-se os microproblemas de natureza discreta, sem a necessidade de alocação de grandes recursos ou de novas tecnologias, tampouco ainda de processos políticos, podendo ser solucionados por intermédio de projetos existentes das organizações, conforme descreve Dovers (1997). Em segundo lugar, os mesoproblemas são aqueles emergentes na agenda pública, sem, contudo, ameaçar o padrão atual de produção e consumo ou, ainda, os processos políticos existentes, sendo direcionados às questões relativas a um determinado país. Por fim, os macroproblemas são complexos, permeados de incertezas relacionadas a outras questões, ameaçando os sistemas humanos e ambientes naturais, extrapolando as habilidades políticas existentes. Suas causas perpassam os padrões de produção e consumo, abrangendo questões globais, tais como alterações climáticas, perda de biodiversidade, aumento em populações humanas e taxas de consumo de recursos.

Pelas correntes aqui apresentadas, este estudo percebe o desenvolvimento sustentável, tal qual conceituado por Sachs (2004), entendendo que ele deve ser incluyente, sustentável e sustentado, capaz de promover a igualdade e elevar a condição daqueles que vivem em piores condições. Sachs (2009) assinala que a sustentabilidade é geralmente utilizada para designar a sustentabilidade ambiental. No entanto, o autor destaca oito dimensões que a sustentabilidade abarca – social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico e político nacional e internacional.

Por essa perspectiva, percebe-se que a proposição de Sachs (2009) indica um possível caminho para o desenvolvimento sustentável integral, no qual o autor amplifica e vai além do modelo *mainstream*. As perspectivas mais conhecidas são apresentadas por Littig e Griebler

(2005) denominadas *one-pillar models* e *three pillar* – a primeira entende que desenvolvimento sustentável seria alcançado pela priorização da dimensão ambiental, enquanto a segunda enfatiza o alcance do modelo triplo (objetivos ecológicos, econômicos e sociais).

O entendimento da sustentabilidade proposta por Sachs (2004, p. 39) destaca que “o desenvolvimento incluyente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos”, de forma a reforçar sua teoria de que o desenvolvimento pleno, em direção ao desenvolvimento sustentável, seria possível através da igualdade entre os indivíduos no acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia.

Essa ideia é reforçada por Sen (2010), que apregoa o desenvolvimento como liberdade, entendendo que este precisa estar necessariamente relacionado à melhoria na qualidade de vida e da liberdade que os indivíduos desfrutam, alcançando assim uma equidade social. Sachs (2007) equipara ainda o desenvolvimento à liberação das carências, da opressão e das algemas institucionais que estorvam o desenvolvimento. Sobretudo, Sachs (2009, p. 71) destaca que a sustentabilidade social se sobressai “como a própria finalidade do desenvolvimento”.

Nesta mesma esteira de pensamento, Sachs (2007, p. 293) destaca que

desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autogerido de transformação e gestão das estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos.

Desta forma, a sustentabilidade social pode ser percebida como necessária para o desenvolvimento – sem, contudo, mitigar os efeitos dos outros critérios – mas, fundamental basilar para que emancipação dos indivíduos a uma condição de vida integral e incluyente. Não obstante, Sachs (2004, p. 39) ressalta o papel fundamental da educação para o alcance de uma inclusão justa, pois, segundo o autor,

a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido da autonomia, bem como a confiança e autoestima.

Assim, percebe-se que a educação perpassa a sustentabilidade social, permeando todo o debate em torno desta, invadindo as demais dimensões, quais sejam: cultural, ecológico,

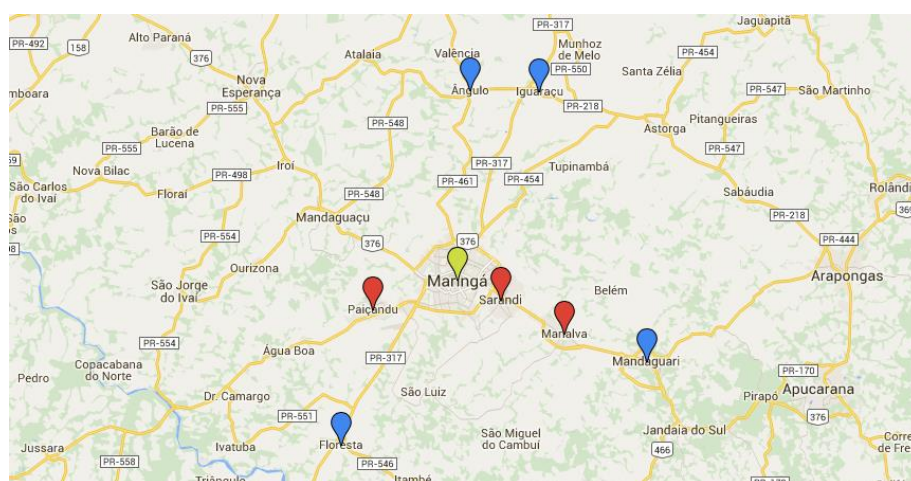
ambiental, territorial, econômico e político. Como forma de monitorar as transformações em direção à sustentabilidade dos municípios, nos últimos anos surgiram índices coletados e calculados periodicamente, os quais demonstram estas evoluções em determinadas áreas municipais específicas.

De forma específica, este trabalho percebe que a educação municipal está relacionada aos mesoproblemas decorrentes da sustentabilidade, conforme proposição já exposta por Dovers (1997), pois seu foco reside no entendimento de como os problemas pertinentes a um determinado município foram relacionados à agenda pública.

3 ANÁLISE DE DADOS

Conforme já exposto no início deste trabalho, o Município de Maringá apresenta resultados positivos no que tange à educação, além de se configurar como a cidade do interior do Paraná com o melhor IDH. Contudo, Rodrigues (2004) e Pereira, Leal e Zochio (2015) delatam as disparidades existentes entre Maringá e seu entorno, criando desigualdades sociais provocadas da configuração socioeconômica do território – com destaque aos municípios de Ângulo, Floresta, Iguaçu, Mandaguari, Marialva, Paçandú e Sarandi. Como forma de conhecer mais sobre a realidade atual, buscou-se levantar os dados previamente estabelecidos relativos a educação em todos esses municípios.

Figura 1 – Mapeamento de Maringá e seu entorno

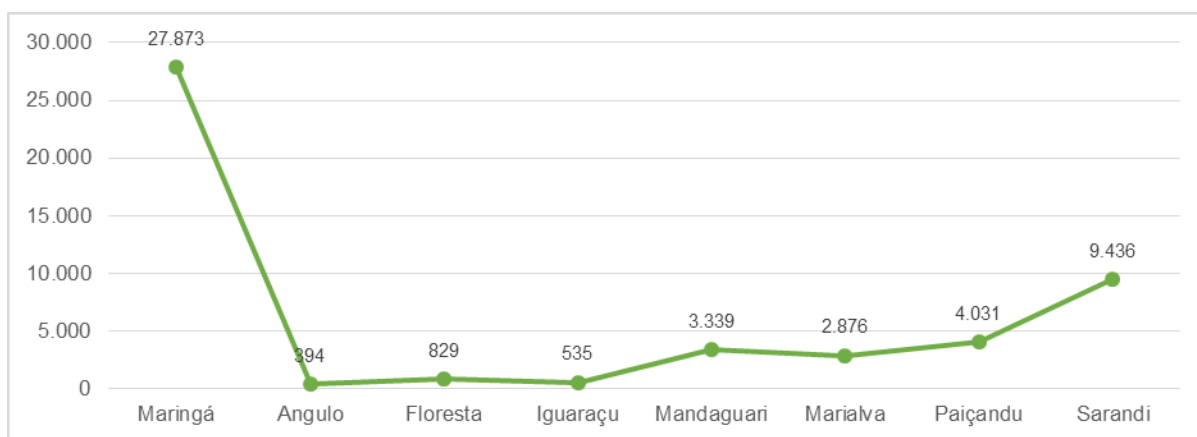


Fonte: Google Maps (2016).

Em um primeiro momento, identificou-se a quantidade de alunos matriculados em cada município, sendo estes coletados junto à ao Censo Escolar da Educação Básica –

Educacenso (2016), constituindo este uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nestes dados foram considerados os alunos da rede municipal (urbano e rural) da educação infantil, ensino fundamental e EJA, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Número de alunos de Maringá e seu entorno



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Educacenso (2016).

Há uma grande diferença entre o número de alunos atendidos pela rede municipal de Maringá e os demais municípios, decorrente do tamanho da população de cada município, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de alunos (rede municipal) x Tamanho da população de Maringá e seu entorno

Cidade	Maringá	Ângulo	Floresta	Iguaçu	Mandaguari	Marialva	Paiçandu	Sarandi
Emancipação	1951	1990	1961	1955	1947	1951	1960	1981
Alunos	27.873	394	829	535	3.339	2.876	4.031	9.436
População	357.077	2.859	5.931	4.275	32.658	31.959	35.936	90.376
Proporção (%) (alunos x população)	12,81	7,26	7,15	7,99	9,78	11,11	8,91	9,58

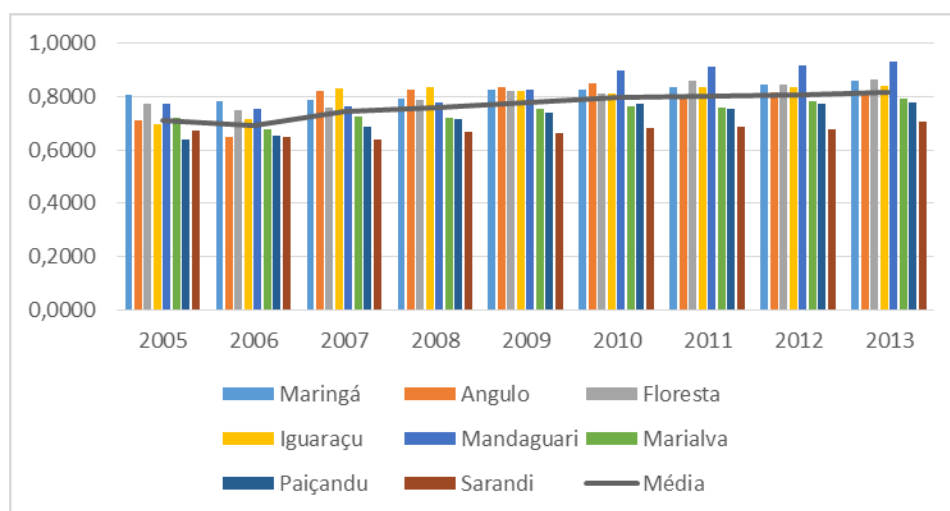
Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Inep (2015) e IBGE (2010).

Depois de Maringá, os municípios que possuem o maior número de alunos são Sarandi (9.436), Paiçandu (4.031), Mandaguari (3.339) e Marialva (2.876). Se somado o número de

estudantes atendidos pelos municípios vizinhos de Maringá, chega-se à 21.440, equivalente a cerca de 77% da quantidade de alunos de Maringá.

Em um segundo momento, buscou-se identificar o IFDM, o qual qualifica os municípios em quatro categorias que demonstram o desenvolvimento: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento (FIRJAN, 2016). Assim, a partir dos dados disponíveis no site da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2016), construiu-se a Figura 3. Neste gráfico foi calculado uma média simples entre os municípios localizados no entorno de Maringá, sendo este não considerado no cálculo.

Figura 3 – IFDM de Maringá e seu entorno

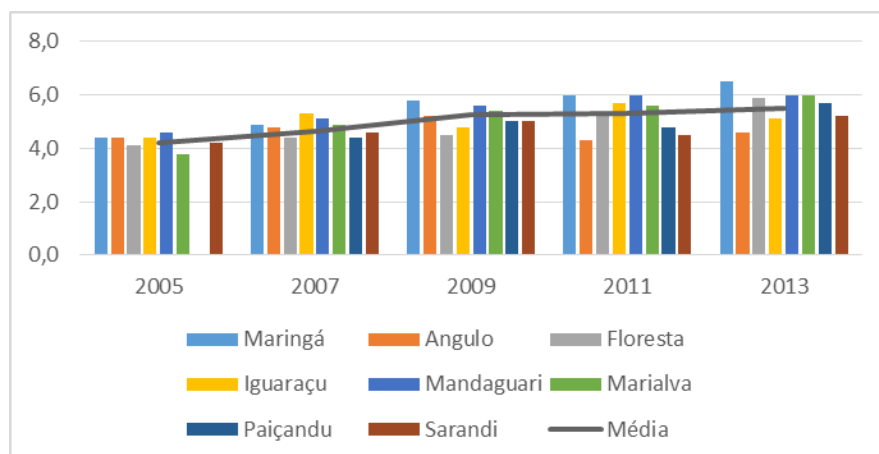


Fonte: Elaborado pelos autores baseado nos índices Firjan (2016).

Analisando a Figura 3, identificam-se as evoluções nos índices dos municípios, com destaque ao índice de Mandaguari, com crescimento significativo, principalmente a partir de 2010, com índice de 0,9300 em 2013. Os municípios de Maringá, Ângulo, Floresta, Iguaçu e Mandaguari apresentam índices de desenvolvimento alto, enquanto que Marialva, Paiçandu e Sarandi são classificados com um desenvolvimento moderado, estando todos abaixo da média calculada (0,8178). Entre estes o município com menor índice encontrado está Sarandi (0,7064).

Na sequência buscou-se mapear o Ideb dos municípios, e partir dos mesmos foi calculado uma média simples com os índices dos municípios aqui analisados com exceção de Maringá e então foi construído um gráfico comparativo, conforme pode ser apreciado na Figura 4.

Figura 4 – Ideb de Maringá e seu entorno



Fonte: Elaborado pelos autores baseado nos índices Firjan (2016).

Os municípios que apresentaram índice inferior à média calculada (5,5) no ano de 2013 foi Ângulo (4,6), Iguaraçu (5,1), Sarandi (5,2). Entre os municípios pesquisados, estes estão com índices abaixo do projetado para o ano de 2013. É necessário destacar que o Ideb é formado pelo cruzamento de uma taxa de aprendizado e frequência do aluno a escola. Assim, para uma melhor visualização sobre a composição do último Ideb, foi criada a Tabela 2.

Tabela 2 – Composição Ideb 2013 de Maringá e seu entorno

Cidade	Maringá	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguari	Marialva	Paiçandu	Sarandi
Aprendizado	6,94	5,08	6,17	5,28	6,52	6,67	6,22	5,87
Frequência	0,93	0,91	0,95	0,96	0,93	0,90	0,92	0,89
IDEB (Aprend. x Freq.)	6,5	4,6	5,9	5,1	6,0	6,0	5,7	5,2
<i>Projetado (2013)</i>	5,5	5,4	5,1	5,5	5,7	4,9	5,2	5,3

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do QEdU (2016) e Ideb (2016).

Entre todos os municípios, o que mais se destaca no aprendizado é Maringá (6,94), seguido de Marialva (6,67), Mandaguari (6,52) e Floresta (6,17), enquanto em relação aos menores índices destacam-se Ângulo (5,08) e Sarandi (5,87). Entre todos os municípios analisados, Sarandi destaca-se pela menor taxa de frequência (0,89).

Especificamente quanto ao IFDM, os municípios mais próximos de Maringá foram os que apresentaram índice moderado em educação, enquanto que os mais distantes apresentaram índices de desenvolvimento mais altos. Rodrigues, Godoy e Souza (2015, p. 82) destacam a forte relação justamente entre Maringá e os municípios de Paiçandu, Sarandi e

Marialva, pois “quase metade das pessoas que trabalham ou estudam – (43%) sai de seu município de origem, e desses, mais de 90% dirigem-se a Maringá”.

Pereira, Leal e Zochio (2015) relembram ainda que no Estado do Paraná há o processo de georreferenciamento – no qual há a obrigatoriedade de matricular o aluno na escola mais próxima de sua residência, ampliando a segregação urbana e desigualdades educacionais das populações mais carentes, o que impede o intercâmbio cultural.

Notou-se também que o município de Sarandi, dentre os pesquisados nesta pesquisa, é o que possui a menor taxa de IFDM (desenvolvimento moderado), foi um dos municípios que apresentou menor taxa de aprendizado, logo apresentou um dos índices mais baixos no Ideb 2013. Vale ressaltar que este corresponde ao município mais próximo a Maringá, o qual apresenta um dos menores índices encontrados, além de ser o município com o maior número de alunos (9.436). Para ratificar esta questão Rodrigues, Godoy e Souza (2015) apontam que os municípios com baixa integração com Maringá estão em uma situação social melhor do que aqueles com alta relação – especialmente Sarandi, fortemente integrado a Maringá.

Estes indicadores corroboram a tese desenvolvida por Rodrigues (2004), a qual conclui que Maringá é desprovida de grandes desigualdades sociais – pela inexistência de favelas e ocupações irregulares – pois, de acordo com a autora, os poderes públicos (através de políticas públicas), juntamente com agentes imobiliários e demais setores econômicos foram responsáveis pelo afastamento espacial da pobreza, segregando esta para os municípios vizinhos e, assim, criando diferenças brutais de renda, qualidade de vida e desenvolvimento entre Maringá e seu entorno – conforme outrora apresentado – os municípios de Ângulo, Floresta, Iguaraçu, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste, identificou-se a existência de diferenças sociais significativas entre Maringá e seus municípios vizinhos, que ficaram evidentes por meio dos indicadores apresentados. Por meio dos dados levantados e aqui expostos, pode-se perceber que o Município de Maringá construiu uma rede de educação que se destaca por seus resultados positivos, conforme última seção. Entretanto estes resultados foram construídos através do estabelecimento de desigualdades sociais cruéis com os municípios localizados em seu entorno, acentuando de forma significativa as disparidades educacionais, especialmente naqueles municípios que se mostraram ao longo da história mais dependentes de Maringá.

Esta questão vai contra o conceito de sustentabilidade social, demonstrando um egoísmo desprovido de qualquer valor de igualdade.

Sachs (2009) destaca que a sustentabilidade social deve abarcar valores fundamentais de equidade e democracia, significando a apropriação efetiva de todos os direitos humanos. Pereira, Leal e Zochio (2015, p. 210) destacam que

a possibilidade do estabelecimento no território de populações socialmente e economicamente heterogêneas facilita, favorece encontros que estimulem o acúmulo deste capital social e que incidam no desenvolvimento dos capitais econômico e cultural.

Portanto, ao longo deste trabalho ficou evidente que a construção dos índices do ensino em Maringá se deu em um contexto de segregação social, prejudicando os municípios que estavam em seu entorno, especialmente Sarandi – criando problemas sociais e que este tem buscado alternativas para a compensação de injustiças sociais, culturais e desigualdades promovidas em detrimento do “desenvolvimento de Maringá”, constituindo uma dívida histórica do Município com seu entorno, reforçando a injustiça cultural.

Para a injustiça cultural, Fraser (2001) pontua que deveria haver um tipo de mudança cultural e simbólica, com ênfase na reavaliação positiva de produtos culturais de grupos marginalizados. Poderia envolver algum tipo de valorização positiva da diversidade cultural, consubstanciada em remédios de reconhecimento. Assim, para a superação das desigualdades da região seria necessário o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas com possibilidade de utilização de remédios transformativos promovendo o intercâmbio cultural e social da região.

Estas disparidades são visualizadas quando comparados os índices de educação dos diferentes municípios. Verificou-se que quanto maior proximidade com o Município de Maringá, menores são os índices de educação. Deste modo, o Município de Sarandi se configura como o município mais próximo, apresentando o maior número de alunos da região depois de Maringá, tendo sido emancipado em 1981, constituindo o município com um dos piores índices na área de educação – problemas estes que são alheios à realidade de Maringá.

Um fator identificado neste trabalho como limitador na análise de dados foi a inexistência de índices mais antigos que possibilitassem uma análise temporal maior. Espera-se que este trabalho contribua para a discussão sobre novas possibilidades de desenvolvimento, além de permitir um debate público na busca de uma sustentabilidade social mais inclusiva e incluyente. Para tanto, destaca-se o desenvolvimento de outros trabalhos que

busquem analisar os índices de educação dos principais municípios tidos como referências, compreender seu desenvolvimento histórico e verificar se há correlações com a experiência de Maringá.

EDUCATION AND SOCIAL SUSTAINABILITY: THE CASE OF MARINGÁ AND ITS SURROUNDINGS

ABSTRACT

Because of the positive relation between investment in education and development, education is a relevant instrument for achieving sustainability. Development can be perceived not only through the instrumental rationality standards, but also through Sachs' (2004) proposal, which considers that development must be inclusive, sustainable and sustained. The author emphasizes that education plays a central role in the achievement of a more socially sustainable society, contributing to the construction of democracy, the promotion of individuals and the encountering of social problems. Seeking to comprehend the relation between education and social sustainability, this paper analyses the educational management carried out by the municipality of Maringá, which presents significant results. The research is a qualitative case study. Secondary data are used. In the analysis, were used Firjan Municipal Development Index (IFDM) and the Basic Education Development Index (IDEB) were used. These indexes assess the education of Brazilian municipalities. The results show significant disparities between the municipality of Maringá and the others that are in its surroundings, especially those that are closer. This indicates social inequalities promoted by socio-spatial segregation.

Keywords: development; education; social sustainability.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRUYNE, P. et. al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical perspective. **Organizations & Environment**, v. 17, n. 2, p. 195-225, jun. 2004.

DOVERS, S. R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1997.

EDUCACENSO. **Censo Escolar da Educação Básica (Finep)**. Disponível em: <<http://www.educacenso.inep.gov.br/censobasico>> Acesso em: fev. 2016.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, p. 38-52, 2005.

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8106598>>. Acesso em: mar. 2016.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm>>. Acesso em: fev. 2016.

LITTIG, B; GRIEBLER, E. Social Sustainability: A Catchword between Political Pragmatism and Social Theory. **International Journal of Sustainable Development**, v. 8, n. 1/2, p. 65-79, 2005.

MOL, A. P. J. The environmental movement in an era of ecological modernization. **Geoforum**, Oxford, v. 31, p. 45-56, 2000.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Comp.) Ecología Política. **Naturaleza, sociedad y utopía**, Buenos Aires: Clacso, 2002.

PEREIRA, A. C. T.; LEAL, L. D.; ZOCHIO, C. P. Desigualdades educacionais e território na região metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, A. L. (Org.). **Maringá: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jul. 2012.

PREFEITURA de Maringá. **Ideb 2013**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=ad3c3c209c55ad&id=23876>> Acesso em: jul. 2015.

QEDU. **Paraná: Ideb 2013 por município**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/116-parana/ideb/ideb-por-municipios>> Acesso em: mar. 2016.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, A. L.; GODOY, A. M. G.; SOUZA, W. F. A Região Metropolitana de Maringá na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SATTERTHWAITE, D. For better living. **Down to Earth**, v. 31, p. 31-35, jul. 1996.

SCHNAIBERG, Allan. Sustainable Development and the Treadmill of Production. In: BAKER, S. et al. (Eds.). **The Politics of Sustainable Development: Theory, Policy and Practice within the European Union**. London & New York: Routledge Press, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WCED. **World Commission on Environment and Development**. Our Common Future. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

Recebido em 13 de abril de 2017. Aprovado em 23 de julho de 2017.